
A psicologia social comunitária e as práticas grupais com idosos ex-moradores de rua

Maria Sara de Lima Dias
Doutora em Psicologia Social – UFSC

Heloísa Monte Serrat Barbosa
Mestre em Psicologia – UTP

Resumo

Este artigo é parte de dissertação de mestrado de uma das autoras e contempla intervenções realizadas em um abrigo para idosos ex-moradores de rua, no qual se observou a precária presença de relações interpessoais entre os abrigados. A pesquisa objetivou desenvolver um programa de intervenção para o desenvolvimento das relações sociais em um abrigo que recebe idosos no sistema de república, um contexto que se pretende comunitário e favorecedor de relações sociais. Neste artigo, o recorte do trabalho de mestrado apresenta observações e vivências que permitiram ir além do papel de pesquisadora e de estar junto ao grupo de moradores de rua modificando quadros estagnados de relações, com foco na promoção de vínculos de apoio, afeto e cuidado. Conforme os preceitos teóricos da Psicologia Social Comunitária, esta corrente da psicologia deve estar voltada para a vida real das pessoas, para analisar um conjunto de necessidades pessoais, relacionais e coletivas que precisam ser atendidas para promover a saúde integral das mesmas.

Palavras-chave: Intervenção. Idosos. Ex-moradores de rua. Relações sociais.

Abstract

This article is part of a dissertation of the authors and includes interventions in a shelter for elderly ex-homeless, in which we observed the presence of poor interpersonal relationships between sheltered. The research aimed to develop an intervention program for the development of social relations in a shelter that gets old republic system in a context that is to be supportive of community and social relations. In this paper cutout work masters present observations and experiences that allowed to go beyond the role of researcher and being with the group of homeless modifying frames stagnant relations focusing on promoting linkages support, affection and care. As the theoretical rules of Community Social Psychology, this perspective of psychology should focus on real life people, to analyze a set of personal needs, relational and collective that need to be addressed to promote the overall health of the same.

Keywords: Action. Elderly. Ex-homeless. Social relations.

As questões relacionadas à condição social do idoso ex-morador de rua perpassam múltiplas dimensões. Entre estas a dimensão da história do idoso no processo de desenvolvimento da humanidade e as propostas de práticas de convivência que se estabelecem em diferentes contextos de abrigamento e que podem fortalecer ou não cada uma das pessoas abrigadas e toda a comunidade em questão. Uma importante questão é até que ponto os grandes centros urbanos civilizados exercem a promoção dos direitos humanos em relação ao morador de rua idoso.

Sobre a dimensão histórica do estatuto de idoso, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS, 2013), por meio da Secretaria Nacional de Assistência Social, existem alguns aspectos que caracterizam a População em Situação de Rua, trata-se de grupo populacional heterogêneo, que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares fragilizados ou rompidos e a inexistência de moradia convencional regular.

Caracteriza-se, ainda, pela utilização de logradouros públicos (praças, jardins, canteiros, marquises, viadutos) e áreas degradadas (prédios abandonados, ruínas, carcaças de veículos) como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como unidades de serviços de acolhimento para pernoite temporário ou moradia provisória.

A quantidade de pessoas em situação de rua que existe no país calculada entre agosto de 2007 e março de 2008 contabilizou cerca de 31.922 adultos nos 71 municípios pesquisados. Estima-se, no entanto, que o total de pessoas adultas em situação de rua represente aproximadamente 50.000 mil pessoas. Embora expressivo este número não deve ser tomado como o total de pessoas no país, primeiro porque a pesquisa nacional não englobou as crianças e os adolescentes, e porque se deve considerar que as pesquisas foram realizadas em um conjunto de municípios brasileiros, e não em sua totalidade.

As questões relacionadas à população em situação de rua, abrem as possibilidades de intervenções em políticas públicas, que foram incrementadas a partir da década de 90, com serviços específicos de atendimento, as pessoas situadas à margem da sociedade. O Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua é ofertado para aqueles que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência. Tem a finalidade de

assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva do fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida.

O texto declarado pela sua instituição afirma que o serviço assegura trabalho técnico para análise das demandas dos usuários, orientação individual e grupal e encaminhamentos a outros serviços socioassistenciais, demais políticas públicas e órgãos de defesa de direitos que possam contribuir para a formação de uma rede de proteção social. A produção de serviços relacionados às condições de acentuada pobreza, no entanto, não definem formas de desenvolvimento de tais trabalhos técnicos, capazes de fomentar práticas de convivência coletivas.

A realidade material e social dos abrigos mostra que estes oferecem somente as necessidades básicas de moradia e alimentação, carecendo, portanto, do desenvolvimento de um trabalho técnico capaz de analisar as reais demandas da população atendida e de ofertar mecanismos capazes de promover as sociabilidades e as relações interpessoais dos abrigados. Desta forma as instituições de acolhimento “não contribuem para uma genuína mudança de paradigma comportamental” (Lemos & Higuchi, 2013, p.91). Com frequência as práticas reproduzem a própria exclusão

social de uma forma institucionalizada, ao limitar o acesso e a permanência das pessoas a determinados espaços de sociabilidades.

As práticas humanas acontecem a partir de um contexto social e histórico, ao buscar pesquisas bibliográficas poucos artigos científicos relacionam a condição social de idoso com o fato de serem ex-moradores de rua vivendo em uma moradia. Resulta uma fragilidade para o campo e poucas descobertas sobre as relações sociais dos moradores de rua. A ação política é remediativa e não preventiva, e em geral as políticas públicas fomentam apenas o abrigamento para um cada vez maior contingente de pessoas, para Ribeiro (2013), no ano de 2008, havia 2.776 pessoas em situação de rua, em 2012, 3.450 pessoas foram atendidas na FAS. Dessas, 296 tinham até 17 anos de idade e 3.154 eram adultos. A procedência maior das pessoas em situação de rua em Curitiba é da própria capital, mas há quem venha de cidades próximas, do interior do Estado, de outros Estados, de outros países, além dos que não informaram sua procedência.

O atendimento às pessoas em situação de rua foi estruturado em julho de 1995 com o Programa FAS - SOS/Educadores de Rua, tendo como proposta o atendimento social de emergência à população adulta, que se encontrava na condição de morador de rua na cidade. No ano 2000, a unidade para atendimento a essa

população passou a ser denominada Central de Resgate Social, e as ações desenvolvidas foram reestruturadas. Em 2003, foi implantado o atendimento social à população em situação de rua e às pessoas vitimizadas em domicílio, tendo como apoio o Serviço de Atendimento ao Vitimizado (SAV), a Ação Integrada de Fiscalização Urbana (AIFU) e a coordenação das ações da Central de Vagas para gerenciamento de todas as vagas disponíveis na rede de abrigamento oficial e conveniada. A partir de 2008, foram ampliados os atendimentos a essa população, com implantação da Central de Vagas para adultos e idosos.

Atualmente, a FAS, em conjunto com outras instituições, oferece a essas pessoas atendimento de proteção social especial de média e de alta complexidade. Em 2011, a Central de Resgate passou a incorporar os Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS) para a população em situação de rua oferecendo inovações nos serviços de abordagem na rua, cuidados de higiene e alimentação, albergagem, atendimento de saúde, triagem (para identificar as necessidades que tem o sujeito abordado), investigação social (cadastro e entrevista) e encaminhamentos necessários para a rede de proteção social (FAS). O modo de articulação das práticas sociais e dos serviços à população em situação de moradores de rua ainda são precários e implicam em uma determinada visão

da totalidade, carecendo de um serviço integrado e em rede.

O contexto é extremamente complexo, e aumentará sua dimensão legitimando estudos e pesquisas na área da população de rua, tendo em vista a expectativa de aumento significativo desta população. Para Corbinos (2001), a população aumentará cerca de 180 milhões entre os anos de 2000 e 2025, sendo que mais de um terço desse aumento corresponderá à população idosa. Vieira, Silveira, Martins, Saintrain e Silva (2008) acrescentam o fato do envelhecimento exacerbado em nossa sociedade como “observado nas modificações na pirâmide etária, pelo declínio da população jovem e acréscimo da população idosa, carrega problemas sociais, econômicos e políticos para os países” (p. 390).

Para o IBGE (2011), a população brasileira com 65 anos ou mais, embora oscile, é a que tem mais possibilidade de crescer e no Brasil poderá ser superior a 30 milhões. Compreender esta problemática é demonstrar a urgência e o caráter fundamental da inserção social do idoso ex-morador de rua. Existem práticas e instituições de acolhimento, mas estas estariam reforçando a autonomia ou a dependência das pessoas em relação aos contextos? A psicologia social questiona a relação existente entre consciência e realidade social, “a consciência humana é grande por

ser social, e a vida social é grande por ser consciente” (Ratner, 1995, p. 27). É fundamental problematizar as práticas sociais desenvolvidas nos contextos de abrigo, se estas são produtoras ou não de transformações sociais.

Nesse sentido, a psicologia social comunitária, em seu paradigma ontológico, epistemológico, ético e político, acredita na intervenção no campo das instituições de abrigo como fatores de transformação dos contextos. A intervenção pode ser uma ação transformadora, produzida em circunstâncias caracterizadas pela participação de todos. Não basta neste sentido oferecer a moradia, alimento ou o abrigo para os idosos, mas é preciso considerar a dimensão subjetiva, pessoal e social e ainda fomentar um senso de participação. Sendo este caracterizado por um forte e intenso componente afetivo da pessoa com o grupo ao qual pertence “pois, com efeito, uma de suas qualidades é a de mobilizar as pessoas do grupo e suas áreas de interesse” (Montero, 2010, p. 98).

Daí a importância das intervenções em locais de acolhimento de idosos. Nesse sentido, a instituição estudada é a Moradia João Paulo II, uma casa que pode abrigar até 12 pessoas, que devem passar por uma seleção quanto a sua capacidade de autonomia, considerando-se aspectos tais como: tomar banho sozinho, caminhar, ter capacidade de mobilidade ou

locomoção, não ter doença crônica, entre outros pré-requisitos.

Considerando este contexto de uma instituição que abriga idosos ex-moradores de rua desenvolveu-se um programa de intervenção aplicado em nove encontros semanais, durante dois meses, por meio de rodas de conversa, filmes e intervenções grupais, no sentido de desenvolver novas práticas que favoreçam a cidadania e a convivência. Objetivou elaborar, aplicar e analisar os efeitos de um programa de intervenção e de práticas grupais, envolvendo um grupo de idosos, ex-moradores de rua, em contexto comunitário.

Desenvolvimento da intervenção

As intervenções surgiram da necessidade de se pesquisar situações de vida corrente, preenchendo a lacuna existente entre a pesquisa fundamental e a pesquisa aplicada. A palavra *intervenção*, tem relação mais próxima com a noção de mediação; já a palavra *interferência* tem uma relação mais próxima com interposição. Uma das intervenções propostas para esta pesquisa foi a *roda de conversa*, cuja ideia vem ao encontro da proposta de Ozório (2005), quando fala a respeito do *Papo de roda*, proporcionando espaço para pessoas contarem suas histórias, exporem suas ideias em busca de seu fortalecimento como cidadãos.

Acredita-se que este projeto esteja em consonância com a área da Psicologia Social Comunitária por ser um campo teórico e prático dedicado à prevenção dos problemas psicossociais e ao desenvolvimento humano integral, por meio da participação dos sujeitos, assumidos como ativos.

A preocupação com a intervenção foi a de provocar algum tipo de mudança, no sentido de elaborar as dificuldades de convivência diária no grupo de idosos. Essa metodologia, com a criação e busca de alternativas de comunicação e relação, define-se como estratégica a fim de fomentar a independência, a autonomia, o fortalecimento pessoal e grupal dos moradores da casa em questão.

Como procedimentos foi solicitada a autorização de pesquisa na Moradia João Paulo II, por meio da coordenadora de projetos, após a autorização ter sido concedida pela ASP, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética. Uma vez aprovado, sob o protocolo n. 5571/11, iniciou-se a etapa de observação e coleta de dados. Por ser uma pesquisa de caráter interventivo, foram planejados vários encontros (dez no total). Porém, devido às possibilidades da pesquisa, foram realizados nove encontros, com a periodicidade semanal, concentrando-se na observação do comportamentos do grupo de idosos, conforme Tabela 1.

Tabela 1 - Planejamento da pesquisa

Encontro	Objetivo	Procedimento	Avaliação
Primeiro	Observar	Contrato – Assinatura do TCLE	Registro dos dados em diário de campo
Segundo	Observar	Observação focada nos objetivos da pesquisa	Registro dos dados no roteiro de análise
Terceiro	Observar	Observação focada nos objetivos da pesquisa	Diário de campo
Quarto	Viver o grupo	Painel em grupo das coisas que gostam	Filmagem e Diário de campo
Quinto	Entender relações sociais	Filme Karatê Kid (2010), parte 1	Diário de campo
Sexto	Viver e entender relações sociais	Filme Karatê Kid (2010), parte 2	Roda de conversa
Sétimo	Desenvolver a autonomia	Discussão das rotinas da casa por meio de culinária – salada de frutas	Observação temática e dinâmica
Oitavo	Sentir e perceber o outro	Análise das relações da casa	Observação temática e dinâmica
Nono	Finalizar a pesquisa	Observação focada nos objetivos da pesquisa	Registro dos dados no roteiro de análise

Considerou-se neste artigo privilegiar a apresentação das observações obtidas nos encontros que demonstram que a falta de bem estar relacional e o sentido de comunidade podem estar relacionadas com diferentes domínios do sujeito, do pessoal ao grupal ou coletivo que permeiam as relações sociais. Neste sentido, passa-se a apresentar a moradia enquanto espaço físico e social de relacionamento e de atividades voltadas para os idosos ex-moradores de rua.

Caracterização da Moradia

As instituições de proteção social passaram por uma evolução histórica ao longo do desenvolvimento

de políticas públicas, promoveram alterações em conceitos e definições de seus serviços. Neste trabalho, a palavra *abrigo*, conceito utilizado para designar tudo o que protege de algo indesejado, será substituída pela palavra *moradia*, que remete à designação comum de habitação, morada, casa.

A casa que abriga a sede da Moradia João Paulo II é gerida pela ASP, historicamente a ASP foi protagonista de movimentos de transformação social, em sua história, destaca-se o compromisso com o profissionalismo, a participação popular e a implementação de ações concretas para a transformação social.

A instituição é composta por dois pavimentos.

No pavimento superior, há uma sala usada como sala de leitura e também como refeitório, ainda nesse pavimento, existem quatro quartos para acomodar os moradores. Nesse espaço, e no mesmo terreno, há uma casa separada (como se fosse uma edícula), na qual se encontra o atelier. Dentro da rotina da moradia, os idosos têm liberdade para trabalhar, fazer cursos e participar de atividades culturais. A orientação é que eles desenvolvam diversas atividades, principalmente fora da instituição, para que possam se reinserir na sociedade. Eles também são responsáveis por alguns cuidados da casa e contribuem com as atividades diárias, como lavar a louça, buscar a comida, limpar o refeitório e arrumar suas camas. Na Moradia, as decisões são tomadas em grupo, e todos têm voz. Todas as semanas, na sexta-feira, os idosos e a equipe técnica reúnem-se para uma conversa e decidem a respeito das questões de convivência.

Analise das observações

No processo de pesquisa, a intervenção foi sendo redesenhada conforme as necessidades e ações dialogadas do pesquisador com o grupo em questão, nenhuma ação foi tomada sem o esclarecimento e consentimento de todos os presentes. E esta descrição tem a pretensão de esclarecer o formato e uma possível

análise de cada encontro a partir das expressões dos sujeitos na moradia, ou república. Segundo Ministério do Desenvolvimento Social (2013), o serviço de república “deve ser desenvolvido em sistema de autogestão ou cogestão, possibilitando gradual autonomia e independência de seus moradores” (p. 1). É neste contexto que se pode avaliar o papel da psicologia comunitária em promover a autogestão das instituições de abrigo, no sentido de fortalecer a participação comunitária de cada um e de todos os seus membros neste processo. A estratégia básica da ação deve ser fortalecer estrategicamente e tecnicamente as pessoas moradoras de rua para sua re-inserção social.

Em outras palavras, Kieffer, em Montero (2010), comenta a respeito de três fases para o desenvolvimento do fortalecimento. Aqui é ressaltada a segunda, abordando que o fortalecimento proporciona a “construção de uma compreensão cada vez mais crítica das forças sociais e políticas que compõem nosso mundo de vida” (p. 75). Complementando essa ideia, Montero (2010) observa que: a proposta que faz Kieffer está formulada em função do indivíduo, mas se apresentarmos a partir de uma perspectiva freireana, como conscientização, a nosso ver, adquire um caráter comunitário, pois se trata de um processo que se desenvolve na ação e

na reflexão realizada junto com outros membros da comunidade, sem que isso signifique uma unificação de critérios ou doutrinação.

No primeiro encontro se observou a passividade dos ex-moradores de rua sobre aquilo que ocorria com os mesmos em seu dia a dia na moradia assim como nas ruas. Observou-se a falta de questionamentos sobre suas vidas e percebeu-se que as relações presentes eram isoladas entre os moradores; eles priorizam uns, em detrimento de outros por motivos diversos: empatia, afinidades etc. O contrato e a assinatura do TCLE não foram questionados, todas as pessoas pareciam educadas e atentas porém visivelmente indispostas a discutir com a pesquisadora.

No segundo encontro só não estava presente um morador que trabalhava fora, os demais moradores estavam em cômodos diferentes; quando a pesquisadora conseguiu reuni-los no mesmo cômodo, demonstraram uma necessidade muito grande de cada um ser aceito, em detrimento da aceitação do outro. Os padrões de conduta de privilégios de uns sobre os outros se mantiveram na roda de conversa muitas vezes falando todos ao mesmo tempo sem parar para ouvir o outro.

No terceiro encontro, percebeu-se uma falta de comprometimento com os combinados realizados de que as atividades seriam coletivas e discutidas

com o grupo. Observou-se a presença de ruídos na comunicação, tanto de quem emite quanto de quem recebe as informações. Essa falta de comprometimento nas reuniões pode indicar uma dificuldade dos moradores da casa de se sentirem pertencentes ao grupo, a uma comunidade de moradores.

No quarto encontro, todos os moradores da casa estavam presentes, talvez porque houvesse uma atividade, algo concreto a fazer. Nesse encontro, a atividade realizada foi o *Painel do que eu gosto*, idealizado por Barbosa (1998). A proposta era de que, juntos, os moradores organizassem um painel no qual registrariam seus gostos, objetivando uma forma de apresentação e conhecimento dos gostos comuns e discrepantes, como uma primeira maneira de aproximação de uns para com os outros, para o fortalecimento do grupo. Observou-se imagens de isolamento na atividade; em nenhum momento, eles pensam em fazer um painel só, e essa era a intenção da pesquisadora. Apareceu, ainda, a valorização do trabalho e do lazer como uma constante durante a atividade. Cada um deles buscou imagens que possibilitassem demonstrar algum orgulho por sua profissão ou vida pregressa. Depois a pesquisadora analisou e escolheu, junto com o grupo, um filme que contemplasse os aspectos observados na atividade por eles, como a luta pela sobrevivência. O escolhido foi *Karatê Kid* (2010).

No quinto encontro, todos os moradores estavam presentes, talvez por causa da atividade estruturada e combinada com todos, deu-se início ao *cinema*. Assistiram a mais da metade do filme; não quiseram fazer intervalo, com medo de que dispersassem e não conseguissem retornar. Essa ação demonstrou que já existia maior coerência e coesão entre os moradores, porque discutiam as decisões e pareciam claramente preocupar-se uns com os outros, uma vez que a escolha do filme foi uma decisão coletiva.

No sexto encontro o grupo decidiu começar a assistir à segunda parte do filme, estava em pleno desenvolvimento da questão do fortalecimento e do pertencimento, nas discussões fizeram relações e questionamentos sobre a presença ou ausência de alguns elementos, sobre esperar ou não, envolvendo a possibilidade de ter companhia, um amigo que possa ajudar, pessoas próximas, entre outras. A maioria das colocações tinha relação com a possibilidade de conviver harmoniosamente em grupo na moradia.

No sétimo encontro, houve a confecção da salada de frutas proposta ao final do sexto encontro e todos os moradores estavam presentes. A realização da atividade foi um tanto difícil, em função da ausência de regras e limites, e da falta de determinação do

que cada um deveria fazer, assim todos se lançaram a ação de descascar e cortar as frutas ao mesmo tempo. A tendência geral expressada pelas falas foi um sentimento de pertencimento, a salada era feita por todos e para todos. Observou-se que o grupo estava sendo integrado pouco a pouco e superando uma dificuldade inicial que existia em relação à empatia ou antipatia por alguns elementos da comunidade. Pode-se dizer que a pressão para a realização de um trabalho coletivo, mesmo que por um breve momento acaba por permitir um sentido da importância do outro, um espelhamento, e um se colocar no lugar do outro que contribuiu de forma significativa para compartilhá-lo ao final.

No oitavo encontro, estavam presentes sete moradores porque haviam saído alguns integrantes do grupo, removidos por que foram encontrados embriagados, e assim deram lugar a novos moradores que estavam chegando. A instituição, então, remove o ex-morador da rua daquele local, mas não oferece um programa de desintoxicação ou um processo terapêutico que permita o fortalecimento dos sujeitos nem enquanto estão morando nas repúblicas, nem quando são convidados a se retirar delas, caso não se adapte às regras, produzindo um círculo vicioso. Uma onda de candidatos a bater na porta da instituição de abrigamento

para entrar e outros a serem convidados a voltar para a rua. Observa-se que apesar do modelo de república ser preconizado pelas políticas públicas, a gestão das instituições não promovem atividades coletivas. Assim as alterações na casa ocorrem sem que as pessoas sejam informadas ou consultadas previamente das mudanças. Consideramos que esta forma de gestão instituída pode contribuir para a não formação do grupo e de laços de solidariedade e sentimento de pertencimento fundamentais para o cuidado de si e do outro. Um dado fundamental é o sentimento de desvalorização de si na moradia, e uma autoestima depreciada. Observa-se que parecia não existir a ideia de formação de grupo, mas sim uma organização muito mais próxima de um agrupamento do que de uma comunidade.

O nono encontro estavam presentes novamente sete moradores. Foi um encontro de finalização a fim de se realizar uma análise da própria intervenção da pesquisadora na moradia e dos seus efeitos em termos de aprendizagens relacionais. Acredita-se que nem a instituição mantenedora, nem os profissionais que atuam na Moradia João Paulo II, sentem-se pertencentes a qualquer programa de reaprendizagem das relações sociais, sem considerar o fortalecimento do sentido de comunidade.

As vivências dos moradores com a casa

Os moradores da Moradia João Paulo II passam a ter relações com o local onde habitam e com as pessoas com as quais convivem. Durante o processo de pesquisa e intervenção observou-se que as relações pessoais pareceram menos individualistas e que o sentimento de pertencimento ao grupo foi se consolidando de diferentes formas subjetivamente apropriadas e significadas, ao que chamamos vivências.

Para o Sr. O., o Sr. N. e o Sr. L., a moradia parece ser uma *casa-lar*, pois estabelecem relações com a casa como um lar e também relações de vizinhança. Não entendem o equipamento social só como um abrigo, mas como um lugar acolhedor que oferece hospitalidade, fazem pequenos trabalhos para a vizinhança – como cortar grama, produzem trabalhos confeccionando artesanatos que vendem para os vizinhos e conhecidos. Têm total liberdade para saírem da casa e apresentam rotinas de sociabilidades com as fronteiras institucionalizadas – vão ao cinema, teatro, as compras etc.

Já Sr. P. estabelece outro tipo de relações com a casa, e raras vezes se permite ficar com os demais; se utiliza da moradia, mas como uma ponte para o

mundo exterior à casa. Busca sua autonomia e já que trabalha e recebe seu próprio salário não se identifica muito com os demais moradores idosos ex-moradores de rua. A moradia para ele é uma *casa-ponte*. Um lugar para dormir e cuidar de si. Já o Sr. P., pessoa mais fragilizada do contexto, isola-se completamente dos demais moradores, foge para beber e bebe escondido, uma vez que tem consciência do risco de ser pego e expulso da casa por não cumprir as normas e regras da convivência comunitária. Por outro lado o bar passa a ser um espaço de relação social, um espaço de convivência, o qual não encontra na casa em que mora, possivelmente por sua pouca disponibilidade para o desenvolvimento de relações com os outros moradores. A não identificação com o grupo fomenta uma disponibilidade para se engajar em outras relações sociais, que acabam por culminar com o esperado convite para se retirar do abrigo. Já para o Sr. A., a casa parece ser uma *casa-emprego*, como foi um dos primeiros moradores e se instalou no atelier, somente ele utiliza o espaço de arte. O espaço que era destinado para todos passa a ser o seu ateliê onde confecciona seus blocos de anotações, ofício que aprendeu em outra instituição de acolhimento. Vende seus cadernos de material reciclado quando tem oportunidade, não se comunica muito com os outros moradores, e parece preferir o isolamento. Então, esta

casa-emprego se configura como um lugar para estar. No entanto identificamos que as intervenções com a pesquisadora propiciaram uma maior troca com os demais moradores, e um sentimento de coletividade, que levou o Sr. A a partilhar seus conhecimentos com os demais. Já para o Sr. I., a moradia parece ser uma *casa-abrigo*; ele lida com a casa como um lar, é ele quem cuida das coisas, quem distribui as tarefas para os demais, passou a estabelecer maiores relações de vizinhança e coleguismo a partir da intervenção não se sobrecarregando de atividades e partilhando suas emoções e afetos com os demais integrantes da casa.

Considerações Finais

Sobre as práticas de convivência, o abrigo tem a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares e a construção de novos projetos de vida.

No entanto, observa-se que a convivência dos idosos acontece de maneira muito isolada, nessa casa que serve para moradia, mas que ainda não pode ser considerada como um lar. Apesar de estarem convivendo juntos desde agosto de 2010, observou-se que a moradia, também chamada pela instituição

mantenedora de república, precisa ser uma instituição que promova as relações sociais e um repensar sobre a vida do ex-morador de rua. Portanto, estar em uma casa requer ter relações sociais mantidas e privilegiadas pela cooperação, pela solidariedade, a fim de que essas relações fiquem cada vez mais fortalecidas.

Em alguns momentos, porém, esse modelo de moradia pode permitir o acesso a hábitos de consumo já arraigados em alguns moradores; assim, mesmo sem a intencionalidade, o equipamento social pode promover o uso de drogas lícitas e ilícitas. De certa forma, produz e reproduz também a lógica da exclusão social, na qual as relações adoecidas prevalecem, e o próprio morador passa a ser o maior problema da instituição de abrigamento.

O equipamento social precisa valorizar a perspectiva de trabalho, permitindo a reintegração das pessoas à sociedade. Apesar de uma lógica da valorização do trabalho, não existem programas de qualificação para os ex-moradores de rua, tão pouco uma preocupação com ações capazes de gerar algum rendimento que garanta o desenvolvimento da autonomia financeira dos mesmos. Observou-se, também, contraditoriamente, que o único morador que trabalha é reincidente no consumo de álcool, foi afastado da casa por um mês durante num período anterior e desligado nesse momento. A repressão e exclusão não se mostram efetivas na

perspectiva da reintegração social do morador de rua e as estratégias do gestor ainda se encontram em uma lógica individualista de culpabilização da vítima dentro do equipamento social.

A república é, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (2013), “destinada a idosos que tenham capacidade de gestão coletiva da moradia e condições de desenvolver, de forma independente, as atividades da vida diária, mesmo que requeiram o uso de equipamentos de autoajuda”. O que o texto legal não discute é quais são os equipamentos de autoajuda. Que tipo de relações que se estabelecem nos contextos. Em uma sociedade que se pretende democrática deve haver conversas, diálogos capazes de fomentar a autonomia e adequados às demandas sociais, dos seus moradores. Nesta moradia há uma reunião semanal para ditar as normas e regras da casa, porém essa forma de abordagem parece não surtir o efeito desejado sobre alguns moradores. Talvez, se as regras forem construídas em conjunto, estas seriam mais democráticas e o seu cumprimento seria mais favorável ao contexto. Quando as regras vêm de fora pra dentro e de cima para baixo, fica mais difícil se sentir integrado a elas; por isso, acredita-se que uma construção conjunta facilita o processo de cumprimento dos combinados e, conseqüentemente, o sentimento de pertença e fortalecimento do grupo e da casa.

A função de uma instituição de abrigo é complexa, devendo promover e desenvolver propostas de reintegração social e relações interpessoais saudáveis. Para isso, a instituição conta com o auxílio do educador social, o qual pode ajudar nessa reintegração e no enfrentamento das situações de exclusão.

O que se observou na Moradia João Paulo II é que muitas vezes a educadora social estava ausente, mesmo estando presente, embora seu papel e sua função na moradia estejam prescritos e orientados pela Ação Social. Sua ação parece estar mais voltada às funções operacionais e técnicas, demonstra estar descomprometida com a sua responsabilidade social.

A função de uma instituição como essa também é a de promover a ideia da casa como lar, onde se

compartilham decisões, atuações e emoções que são comunicadas, percebidas, vivenciadas e sentidas como comuns ao grupo. A princípio, pode-se observar que, no discurso dos gestores e mesmo de alguns dos moradores, a Moradia João Paulo II é referida como uma casa; no entanto, o espírito de convivência ainda está em processo de construção e, por isso, é tão importante a figura do educador social como um profissional responsável por essa tarefa.

Dentro dos limites impostos pelo tempo da dissertação e dos objetivos pretendidos, acredita-se que o programa de intervenção foi capaz de desenvolver novas práticas, a fim de favorecer o exercício para a cidadania, a noção de direitos e a convivência dos idosos, fortalecendo as relações sociais e o compromisso com a casa.

Referências - regras da APA

- Barbosa, L. M. S. (1998). *O Projeto de trabalho: uma forma de atuação psicopedagógica*. Curitiba: Mont.
- Corbinos, L. A. (2001). Envejecimiento en América Latina y el Caribe: Hechos Socios demográficos y Reflexiones Éticas. *Acta de Bioethica – Cuadernos Del Programa Regional de Bioética OPS/OMS*, 7(1). Obtido em <http://www.paho.org/Spanish/BIO/acta3.pdf>
- IBGE – Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia.(2002). Perfil dos Idosos Responsáveis por Domicílios. *Estudos e Pesquisas: informação demográfica e socioeconômica*. n.9. Obtido em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/.../perfilidoso/perfidosos2000.pdf>
- Karatê Kid. (2010). Dirigido por Harald Zwart. China, EUA. DVD, 140min.
- Lei 8.842, de 04 de janeiro de 1994. (1994). Política Nacional do Idoso. *Cap. I, Art. 2º*. Obtido em <http://www.sdee.aer.mil.br/Legislacao/lei8842.pdf>
- Lei 10.741, de 1º de Outubro de 2003. (2003). Estatuto do Idoso. Obtido em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm
- MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2013). *Proteção Social Especial*. Retirado de <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaoespecial>
- Montero, M. (2008). *Introducción a la Psicología Comunitaria: desarrollo, conceptos y procesos*. Buenos Aires: Paidós.
- _____. (2010). *Teoría y práctica de la Psicología Comunitaria: la tensión entre comunidad y sociedad*. Buenos Aires: Paidós.
- Ozório, L. (2005). A interculturalidade e seus inúmeros começos comunitários. *Psicologia e Sociedade*, 17(3), 31-41. Obtido em Scielo (Scientific Electronic Library Online), http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822005000300005
- _____. (2007). Perspectivas para a pesquisa comunitária: comunidade como práxis e seus diálogos com as histórias orais de vida. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 1, 31-44. Obtido em <http://www.revispsi.uerj.br/v7n1/artigos/pdf/v7n1a04.pdf>
- Ratner, C. (1995). *A psicologia sócio-histórica de Vygotsky – aplicações contemporâneas*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Ribeiro, D. (2013). Crescem os “vultos” em Curitiba. *Gazeta do Povo*, 07 abr. 2013 (4).
- Vieira, L. J. E. S., Silveira, E. A. R., Martins, E. M. P., Saintrain, M. V. L. & Silva, J. G. (2008). A interface da violência com a institucionalização do idoso. *Revista APS*, 11(4), 389-397. Obtido em <http://www.aps.ujf.br/index.php/aps/article/download/127/136>.